

# Por que governo Trump voltou a atacar o Pix (e o que EUA podem fazer contra ele)?

Category: BRASIL, ECONOMIA, GERAL, TECNOLOGIA e CIÊNCIA  
escrito por Maria Luiza | 10 de abril de 2026



O Pix foi mencionado em um relatório de 31 de março em que os EUA listam o que consideram barreiras comerciais de mais de 60 países contra empresas americanas.

O documento foi elaborado pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (Office of the United States Trade Representative, USTR), a mesma agência que em julho do ano passado abriu um inquérito para apurar se considera o Pix uma “prática desleal”, que fere a competitividade do setor produtivo americano.

O Pix é citado três vezes nas mais de 500 páginas do National Trade Estimate Report de 2026, em apenas um parágrafo:

“O Banco Central do Brasil criou, detém, opera e regula o Pix, uma plataforma de pagamentos instantâneos. Partes interessadas dos EUA expressaram preocupação com o fato de o Banco Central do Brasil conceder tratamento preferencial ao pix, o que prejudica os fornecedores de serviços de pagamento eletrônico dos EUA. O Banco Central exige o uso do pix por instituições financeiras com mais de 500.000 contas.”

‘Ninguém vai fazer a gente mudar o PIX’, diz Lula ao comentar relatório dos EUA

O governo brasileiro reagiu e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a afirmar que o “o Pix é do Brasil”. “Ninguém vai fazer a gente mudar o Pix”, ele declarou em entrevista na semana passada.

Até o presidente da Colômbia saiu em defesa do sistema de pagamentos brasileiro. Na segunda-feira (6/4), Gustavo Petro elogiou o modelo e, em uma longa publicação nas redes sociais, pediu que o sistema fosse estendido a seu país.

A investigação da USTR ainda está em andamento e não tem data fechada para ser concluída. Enquanto se aguarda o desfecho, uma das perguntas que surgem no debate em torno do caso é: o que os EUA podem fazer de concreto contra o sistema de pagamentos brasileiro?

## **As armas dos EUA**

Os especialistas em comércio exterior e regulação econômica ouvidos pela reportagem frisaram que os EUA não têm jurisdição para agir diretamente contra o Pix.

As ferramentas à disposição dos americanos se concentram no âmbito comercial e estão descritas na própria legislação que foi usada para abrir a investigação contra o Brasil, a seção 301 do Trade Act de 1974.

Vão desde a suspensão de benefícios e acordos comerciais à restrição de importações de produtos e serviços ou imposição de tarifas sobre esses bens e serviços.

Ou seja, os EUA poderiam, por exemplo, dar início a um novo tarifaço sobre as exportações brasileiras com destino aos portos americanos ou retirar o Brasil do Sistema Geral de Preferências (SGP), um programa de benefícios tarifários instituído nos anos 1970 para países em desenvolvimento.

“Trata-se, portanto, mais de um mecanismo de pressão externa e econômica sobre o Estado brasileiro do que um poder

regulatório sobre a infraestrutura de pagamentos em si”, destaca Camila Villard Duran, especialista em direito econômico e regulação do mercado monetário.

Duran destaca que no novo relatório do USTR a linguagem usada no capítulo do Brasil é semelhante à que descreve supostas “práticas desleais” no setor de pagamentos em diversos outros países que também são criticados pelos EUA.

“O caso brasileiro, nesse sentido, não é isolado, mas integrado a uma estratégia política mais ampla de contestação de práticas nacionais em serviços financeiros digitais”, diz ela, que é professora associada de direito da ESSCA School of Management, na França, e cofundadora do Instituto Mulheres na Regulação.

“Assim, a consequência mais plausível não é uma medida direcionada tecnicamente ao Pix, mas sim alguma forma de retaliação comercial mais ampla”, avalia Duran.

Nesse sentido, uma fonte brasileira próxima às negociações diz ser difícil arriscar o que exatamente viria, caso a investigação de fato concluísse que as acusações contra o Brasil são pertinentes.

Historicamente, pondera a fonte, os EUA pouco usaram o instrumento da seção 301 do Trade Act de 1974 e, no caso específico da investigação contra o Brasil, o escopo de temas analisados pelo USTR é amplo e vai bem além do Pix.

Também inclui, por exemplo, as tarifas a que os produtores de etanol americanos estão submetidos para acessar o mercado brasileiro e até o desmatamento ilegal, acusado de dar vantagem competitiva injusta às exportações agrícolas brasileiras.

Renê Medrado, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados, faz avaliação semelhante e exemplifica: ainda que os EUA por ventura optassem por uma retaliação comercial ampla, é difícil

estimar se as eventuais tarifas seriam colocadas para uma lista ampla de produtos ou se seriam seletivas.

“E tem isso de que o governo americano às vezes fala que vai [fazer alguma coisa], depois volta atrás...”, ele acrescenta, ao comentar sobre o desafio de se traçar possíveis cenários.

“Agora, o ponto é: o ambiente hoje é bom”, completa Medrado, referindo-se ao estado das relações entre os governos Lula e Trump.

Desde que os dois presidentes se cruzaram nos bastidores da assembleia-geral da ONU em Nova York em setembro do ano passado, há um diálogo bilateral maior entre Brasil e EUA e uma expectativa de que um encontro presencial formal entre os dois aconteça.

“O alcance dessas medidas dependerá muito mais da dinâmica da política bilateral e da eficácia da diplomacia brasileira”, comenta a professora Camila Villard Duran.

## **O que está em jogo**

Por que então os EUA voltaram a alfinetar o Pix? No relatório do USTR de março do ano passado, o sistema de pagamentos instantâneo brasileiro não havia nem sido mencionado diretamente, ao contrário do que aconteceu no deste ano.

Mesmo no documento em que formalizou a investigação contra o Brasil, a agência não citou o Pix nominalmente, apesar de ter feito referência indireta a ele (“O Brasil também parece se envolver em uma série de práticas desleais com relação a serviços de pagamento eletrônico, incluindo mas não se limitando a favorecer seus serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo”, diz o texto).

A fonte ouvida pela BBC News Brasil que tem proximidade com as negociações comenta que uma das hipóteses para o endurecimento no tom agora foi o desfecho de uma reunião recente da

Organização Mundial do Comércio (OMC) em que o Brasil bloqueou uma proposta dos EUA e outros países para estender a moratória de tarifas aduaneiras sobre transmissões eletrônicas, que inclui serviços digitais como streamings, softwares e jogos.

E há ainda a grande derrota que o tarifaço de Trump sofreu no judiciário americano em fevereiro deste ano, quando a Suprema Corte considerou que o instrumento que vinha sendo usado para embasar as medidas (a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, ou IEEPA, na sigla em inglês), na verdade não autorizava o governo americano a instituir as tarifas.

Em um artigo de março deste ano, duas analistas do centro de pesquisas americano Brookings Institute pontuaram que, diante desse revés, a Seção 301, usada na investigação contra o Brasil, pode entrar no cardápio do governo americano como opção para voltar a taxar seus parceiros comerciais.

Do lado do setor financeiro, a jurista Camila Villard Duran chama atenção para a expansão do Pix no Brasil, “que altera diretamente o equilíbrio competitivo para empresas americanas, como Visa e Mastercard”, mas especialmente para o fenômeno mais amplo no qual ele está inserido, de transformação estrutural e reorganização da ordem monetária e financeira internacional.

“O Pix já não é apenas um sistema de pagamentos eficiente. Ele representa um modelo de infraestrutura pública, que reduz a dependência de redes privadas estrangeiras e concentra, no âmbito doméstico, o controle jurisdicional sobre dados e fluxos financeiros”, destaca Duran.

A professora aponta que, no relatório do USTR, os EUA fazem críticas semelhantes às feitas ao Brasil a países como Índia, Tailândia e Paquistão, “onde políticas públicas nacionais promovem sistemas domésticos de pagamento, impõem requisitos de localização de dados ou criam barreiras regulatórias à atuação de empresas estrangeiras”.

“Em todos esses casos, o argumento dos EUA é semelhante: tais medidas seriam discriminatórias e restringiriam o acesso de empresas americanas a mercados nacionais”, completa.

## **Da economia à política**

Diante desse panorama, Duran avalia que a pressão sobre o Pix e sobre sistemas de pagamentos de outros países também está ligada a uma questão ainda mais ampla, de soberania.

O que está em jogo, diz ela, já não é apenas a concorrência entre empresas, “mas o controle sobre infraestruturas consideradas como críticas”.

“Nas minhas pesquisas, tanto sobre a criação do euro digital como sobre os projetos de plataformas alternativas para transações financeiras transfronteiriças, noto que a ideia de ‘soberania monetária’ está se deslocando muito rapidamente da autonomia da política monetária para o controle jurisdicional sobre as infraestruturas de pagamento e dos dados monetários que elas geram”, afirma Duran.

“A moeda, na economia digital, torna-se cada vez mais informação e, nesse contexto, o controle jurisdicional sobre esses dados passa a ser um elemento central do poder monetário estatal.”

Isso ajuda a explicar porque as polêmicas em torno do Pix também mobilizam a arena da política.

Desde o início dos ataques do governo Trump ao sistema de pagamentos a gestão Lula tem procurado usar os episódios para melhorar sua imagem apostando em um discurso focado justamente na soberania nacional.

Membros do governo também têm buscado usar a polêmica para atingir adversários políticos, especialmente aqueles ligados ao bolsonarismo, que têm um histórico de proximidade com a gestão Trump.

Após a divulgação do último relatório do USTR, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o “silêncio” de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), dizendo que o senador “prefere bater palma para americano do que defender o que facilita a vida de milhões de brasileiros” e que acabaria com Pix.

Diversos vídeos e conteúdos anônimos compartilhados nos últimos dias também faziam afirmações nesse sentido.

Flávio, que é pré-candidato à presidência, chegou a se pronunciar sobre o assunto e negou qualquer intenção de acabar com o sistema de pagamentos.

O assunto promete estar entre os temas de discussão da eleição presidencial de 2026.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso  
10/04/2026/07:13:39

*O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:c*

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

*Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com).*

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:5511984046835)– (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:5511984046835) (Claro)  
- Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)*

[Guia detalhado do slot Pesca Feliz para iniciantes](#)